

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 8



PORTO ALEGRE
2007

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. Sua sede se localiza na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos diretivos são a Assembléia Geral dos sócios, um Conselho Diretivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. Seu patrimônio é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceitos pelo Conselho Diretivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembléia Geral.

Conselho Diretivo

Presidente: Regina Zilberman, UFRGS
regina.zilberman@gmail.com

1º. Vice-Presidente: Carlos Reis, Univ. de Coimbra
c.a.reis@mail.telepac.pt

2º. Vice-Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
fjetorres@usc.es

Secretária-Geral: Maria da Glória Bordini, UFRGS
mgbordini@portoweb.com.br

Vogais: Ana Mafalda Leite (Univ. Nova de Lisboa); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Cristina Robalo Cordeiro (Univ. Coimbra); Ettore Finazzi-Agrò (Univ. Roma, La Sapienza); Fátima Celeste Ribeiro (Contacto, Serviços de Línguas, Lda); Helena Rebelo (Univ. da Madeira) M. Carmen Villarino Pardo (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Rolf Nagel (Univ. Duisburg); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro).

Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense); Thomas Earle (Univ. Oxford)

Associe-se pela *homepage* da AIL:

www.lusitanistasail.net

Informações pelos *e-mails*:

[lusitanistasail@terra.com.br](mailto:ailusit@ci.uc.pt); ailusit@ci.uc.pt

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 8 – Agosto de 2007

Diretor:

Regina Zilberman

Diretor Executivo:

Benjamin Abdala Junior

Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência:* Ana Mafalda Leite; Carlos Reis; Cristina Robalo Cordeiro; Elias Torres Feijó; Ettore Finazzi-Agrò; Fátima Celeste Ribeiro; Fátima Viegas Brauer-Figueiredo; Helena Rebelo; Laura Calcavante Padilha; M. Carmen Villarino Pardo; Maria da Glória Bordini; Rolf Nagel; Sebastião Tavares de Pinho; Teresa Cristina Cerdeira da Silva; Thomas Earle

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Endereço eletrônico: ailusit@ci.uc.pt

Realização:

Coordenação: Luiz Fagundes Duarte

Revisão: Tania Regina Ortiz Vernet

Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

Evangraf, Porto Alegre, Brasil

ISSN 0874-5102

SUMÁRIO

EDITORIAL	09
LUIZ FAGUNDES DUARTE	
Tempo de perguntar	11
TEORIA E CRÍTICA DA CRÍTICA	
ALMUTH GRESILLON	
La critique génétique: origines, méthodes, théories, espaces, frontières	31
GIUSEPPE TAVANI	
O texto medieval e as suas “misérias e desventuras”	46
VANDA ANASTÁCIO	
Quando o papel interfere com a escrita: reflexões sobre alguns autógrafos do Segundo Marquês de Alorna	75
JOÃO DIONÍSIO	
<i>Criticus fit</i>	104
CRÍTICA E LINGUÍSTICA	
HEITOR MEGALE, SÍLVIO DE ALMEIDA TOLEDO NETO, PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN, RENATA FERREIRA COSTA, VANESSA MARTINS DO MONTE	
Crítica textual: análise grafemática e pesquisa lingüística	127
LUÍS PRISTA	
Um manuscrito de João Félix Pereira: a <i>Carta</i> sobre a Reforma Ortográfica de Barbosa Leão	147

Criticus fit

JOÃO DIONÍSIO

Universidade de Lisboa

A. E. Housman identifica a prática da crítica textual com um certo uso da inteligência e do senso comum, afirmando que alguém que disponha de senso comum e que raciocine descobrirá sem ajuda, mais tarde ou mais cedo, os ensinamentos incluídos em tratados ou em lições sobre a disciplina. Aqueles e estas seriam, assim, dispensáveis. Aliás, para Housman a crítica textual é uma ciência e uma arte que não é possível ensinar, tese emblematizada na fórmula lapidar *criticus nascitur, non fit*.¹ De 2002 até agora vieram a lume em língua portuguesa três manuais dedicados a esta disciplina que procuram provar a tese contrária. O objectivo deste artigo consiste em apurar a oportunidade e pertinência das três publicações de acordo com o ponto de vista de um aluno, ou melhor, de um aluno numa universidade portuguesa. Importa deixar claro este ponto de vista porque as observações que a seguir desenvolverei podem carecer de sentido caso tenhamos em mente outro público (exterior à universidade ou exterior a Portugal) ou caso privilegiemos outra faceta dos livros em apreço (a componente de investigação neles envolvida, em vez do carácter de introdução a uma disciplina).

Na abertura de *A critique of modern textual criticism*, Jerome McGann procura descrever as expectativas justas que um leitor

¹ HOUSMAN, A. E. The application of thought to textual criticism. Disponível em: <http://rosetta.reltech.org/TC/extras/Housman-Thought.html> Acesso em: 25 out. 2004.

deve ter relativamente àquele seu livro. Para o efeito, deixa claro que ele não vem ocupar o espaço destinado a guias de crítica textual: *Happily the best available guides to textual criticism, for example the books by Pasquali and West, already occupy positions which are sufficiently advanced that they can serve as reliable points of departure for the new work that is needed* [p. 1]. McGann prossegue dizendo que estes trabalhos adoptam uma perspectiva específica, a dos textos clássicos, que não é a que lhe vai interessar.²

O livro de West é *Textual Criticism and Editorial Technique* e foi publicado em tradução portuguesa em 2002.³ Mais do que no encómio que lhe faz McGann, é na sua delimitação do âmbito deste livro que gostaria de me situar. Credo que, face à ostensiva penúria bibliográfica portuguesa no que diz respeito à crítica textual, são bem-vindas traduções de todos os manuais de referência sobre a disciplina, é surpreendente, contudo, que o primeiro manual a ser publicado no nosso país diga respeito à literatura grega e latina.

Para explicar a surpresa, começarei por observar os aspectos físicos do livro vindo a lume em 2002, confrontando-os com a aparência do volume original, saído em 1973 (Stuttgart: B. G. Teubner, 1973). A capa, com a simplicidade ascética que padroniza a colecção “Manuais Universitários” em que vem integrado o livro, não apresenta o estema patente na capa da edição original; nem se refere na contracapa o aviso honesto: *A guide for users and makers of critical editions of Greek and Latin texts*, seguido da discriminação de vários dos aspectos abordados no livro: *Causes of textual variation / Analysis of closed and open traditions / Evaluation of variants and emendations / Collecting the material for an edition / Layout of text and apparatus / Specimen passages with commentary*.

Na edição da Teubner, o livro de West aparece no quadro mais vasto de uma editora de referência quanto à edição de autores clássicos (por isso também no verso da capa e da contracapa vêm

² MCGANN, Jerome. *A critique of modern textual criticism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

³ WEST, Martin L. *Crítica textual e técnica editorial aplicável a textos gregos e latinos*. Tradução de António Manuel Ribeiro Rebelo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Cf. recensões de MEIRINHOS, José Francisco. *Mediævalia. Textos e estudos*, Porto, n. 21, p. 188-91, 2002. (Em especial, p. 189-90). NASCIMENTO, Aires A. *Euphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, nova série, Lisboa, v. 32, p. 390-94, 2004.

anunciados os títulos da “Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana”). Na edição portuguesa, o livro vem integrado numa colecção de índole geral, explicando-se na badana da contracapa que a Fundação Calouste Gulbenkian patrocina e edita obras de diferente carácter (científico, técnico, artístico, histórico) e “Pretende agora (...) atingir aqueles sectores onde seja mais flagrante a necessidade de amparo ou de incentivo”, intenção particularmente adequada no domínio da crítica textual. Prevêem-se, entre as seguintes publicações da colecção, *Relevância – Comunicação e Cognição*, de Dan Sperber e Deirdre Wilson, e a segunda edição do *Manual de Psiquiatria Clínica*, com organização de J. C. Dias Cordeiro. Isto é, pretende transformar-se uma publicação de âmbito razoavelmente especializado em livro de alcance mais geral. Embora tenha dúvidas sobre a possibilidade de se realizar este intento, uma tal transformação teria de ser amparada por uma série de procedimentos de ordem editorial. Por outras palavras, haveria que tratar de representar o texto de West de acordo com novas coordenadas cronológicas (quase trinta anos após a publicação original) e de acordo com novas coordenadas espaciais (do leitor anglófono da Teubner para o leitor português). Por outras palavras, seria caso para traduzir o texto e editar a tradução. Quase só se traduziu.

Por sinal, na mesma colecção “Manuais Universitários” mas em série anterior encontramos um livro que é um bom exemplo de procedimentos que, neste contexto, subsumo na operação a que chamo *editar*. Refiro-me a *Elementos de Retórica Literária (Elemente der literarischen Rhetorik)*, de Heinrich Lausberg, com tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes (1.^a edição portuguesa em 1966). O que entendo conjunturalmente por edição é aqui o conjunto de prefácio e aditamentos, além da substancial “Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal” [p. 13-64]. No prefácio, datado de 1970, justifica-se a oportunidade de traduzir um manual de retórica, fala-se da opção pela suma retórica preparada por Lausberg, em vez do tratado elaborado pelo mesmo autor,⁴ sublinha-se um dos pontos fortes do manual, a sua abundante exemplificação, colhida da literatura de todos os tempos e escrita em

⁴ Handbuch der literarischen Rhetorik. Eine Grundlegung der Literaturwissenschaft. München: Max Hueber Verlag, 1960.

grego, latim, francês, italiano, alemão e inglês. Mais, houve o cuidado de, na segunda edição portuguesa, incluir correcções, ampliações e um prefácio da pena do próprio autor [p. 65-66]. Acima de tudo, o tradutor acrescentou exemplos provenientes da literatura portuguesa. Um pouco no mesmo sentido, a introdução é completada por uma bibliografia respeitante à cultura portuguesa.

O excuro a respeito do livrinho de Lausberg parecerá excessivo, mas a digressão serve para mostrar que é possível a uma tradução de um manual universitário cumprir o objectivo de servir em escala ampla o público a que se destina, seja o que por ela aguarda, seja o que para ela é inesperadamente cativado. De resto, sejamos claros, há analogias possíveis e impossíveis quando observamos os problemas colocados pela tradução do manual de West e do manual de Lausberg. Por partes: fazer uma introdução de natureza histórica acerca da crítica textual em Portugal encerra enormes dificuldades, em especial por não haver antecedentes, e não seria por isso um requisito indispensável; seleccionar exemplos portugueses a adicionar aos exemplos greco-latinos implicaria desfigurar o texto de West, que nunca teve como objectivo senão tratar das literaturas da Antiguidade Clássica, mas talvez pudesse haver um apartado sobre testemunhos da literatura grega e latina nas bibliotecas portuguesas. Justificar-se-ia sobretudo – gesto útil e não muito dificilmente exequível – um prefácio que apresentasse a disciplina, que explicasse a sua pertinência, que introduzisse o autor⁵ e mostrasse o modo como o livro traduzido confirma ou quebra correntes no âmbito deste campo disciplinar. Outra operação desejável seria actualizar a bibliografia e ampliar-lhe as vias de acesso, através da referência a edições e traduções posteriores a 1973. Por exemplo, no fim da “Nota bibliográfica” inicial [p. 5-6] mencionam-se três livros que substituem, para West, uma bibliografia formal. São eles os livros de Louis Havet, Giorgio Pasquali e Hermann Fränkel, cujos nomes próprios vêm abreviados à inicial. Todos estes livros são mencionados pelas edições que West já indicara em 1973, embora haja edições mais recentes de pelo menos dois deles: logo em 1974

⁵ Para o leitor português culto, West será hoje apontado como autor de opinião sobre o Aquiles da *Iliada* e de tese acerca da *Odisseia*, (“adaptação do séc. VI de outro poema, presumivelmente do mesmo nome”), uma e outra referidas por LOURENÇO, Frederico. *Grécia Revisitada*. Lisboa: Cotovia, 2004. p. 20 e 94.

a Mondadori publica uma nova edição da *Storia della tradizione e critica del testo*, que em 1988 é reeditado pela Casa Editrice Le Lettere, de Florença. O *Manuel de critique verbale appliquée aux textes latins*, de Havet, publicado em 1911, é reproduzido anastaticamente em Roma por “L’erma” di Bretschneider em 1967.

A tiragem de 2000 exemplares da edição portuguesa do livro de West faz supor que haverá número semelhante de utentes dela necessitados. Não creio que haja (ou que venha a haver num futuro próximo): no conjunto infelizmente pequeno de alunos que optam por Estudos Clássicos, um número rarefeito tem interesses filológicos e quase nenhum dos alunos pertencentes a este subgrupo tem dificuldades de leitura em língua inglesa.

Não pretendo com isto significar que o público para o livro de West se esgote nos frequentadores de Estudos Clássicos, o que facilmente se percebe pela existência de problemas comuns e tangentes uns aos outros na edição da literatura clássica e na edição da literatura escrita em línguas modernas.⁶ Mas, fora daquele âmbito, os interessados mais evidentes serão aqueles, e são poucos, que procuram perceber a história do pensamento filológico em Portugal.

A um público mais alargado destinam-se os dois manuais de que falarei a seguir. O de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi, *Fundamentos da Crítica Textual. História, metodologia, exercícios*,⁷ destina-se, segundo vem indicado na nota “Ao leitor”, “em particular ao público dos estudantes universitários” [p. 9]. Trata-se de um livro de escopo vasto, dedicado à literatura portuguesa e brasileira dentro do âmbito das literaturas românicas, com destaque para a italiana, provençal e espanhola. Divide-se em duas grandes partes, “História e Metodologia” e “Exercícios de crítica textual”, que correspondem *grosso modo* a uma abordagem doutrinal e a uma abordagem prático-ilustrativa. Esta concepção revela-se particularmente inteligente para os objectivos traçados pelos autores, pois, em

⁶ A este respeito, veja-se FERRARI, Anna (a cura di). *Filologia classica e filologia romana: esperienze ecdotiche a confronto: Atti del Convegno*, Roma, 25-27 maggio 1995. Spoleto: Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 1998.

⁷ Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. A publicação deste livro foi apoiada pela Academia Brasileira de Letras, pelo IP/PUCSP e pela Universidade Cruzeiro do Sul.

teoria, permite perceber como empiricamente são resolvidos problemas particulares, ultrapassando os becos sem saída típicos dos manuais dominados por preceitos sem pontes para as experiências a serem realizadas pelos seus leitores. Note-se também que na parte doutrinal, além da crítica textual de matriz românica, se abordam alguns assuntos caros à escola anglo-americana e, mais ocasionalmente, alemã.

A primeira parte desenrola-se em seis capítulos com afinidades evidentes: 1. “A edição dos textos”; 2. “O método lachmanniano”; 3. “A crítica textual: geografia e história”; 4. “O neolachmannismo”; 5. “A filologia dos impressos”; 6. “Filologia dos textos modernos”. No fim do capítulo introdutório, sobre alguns conceitos-chave e disciplinas auxiliares da crítica textual, a rubrica “As origens da crítica textual” assinala a perspectiva histórica que irá prevalecer na primeira parte. A segunda parte materializa uma ótima ideia, a de fornecer ilustrações práticas com base em autores de períodos bem diferenciados alinhadas cronologicamente (Martin Codax, Luís de Camões, Gregório de Matos, Camilo Pessanha e Ricardo Reis). E, note-se, estas ilustrações não resultam de casos estudados por terceiros, mas sim de análises realizadas pelos próprios autores do manual, o que demonstra bem a amplitude de conhecimento empírico patenteado por Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi. Um antecedente conhecido deste tipo de abordagem encontra-se no livro de Philip Gaskell, *From writer to reader*, concebido em doze exemplos seriados historicamente, começando na tradução inglesa que Sir John Harington fez de *Orlando Furioso* (1591) e acabando num texto de Tom Stoppard (1974).⁸ O foco de Gaskell incide especificamente na transmissão da literatura inglesa através do livro impresso até à actualidade. O livro de Spaggiari e Perugi alarga a tipologia dos textos analisados à transmissão manuscrita, mas concentra-se exclusivamente no género poético, ao passo que o estudo de Gaskell alberga um *corpus* genologicamente mais diversificado.

Ao longo do volume; assinala-se a importância atribuída a questões de foro métrico (a que não é evidentemente alheio o *corpus* seleccionado pelos autores), a hábitos de actualização linguísti-

⁸ GASKELL, Philip. *From writer to reader*. Studies in editorial method. Oxford: At the Clarendon Press, 1978.

ca por parte de copistas e à defesa de um princípio de autenticidade, em detrimento do princípio de integridade, na edição da literatura antiga quando organizada de acordo com o paradigma “obra de autor” (cf., em particular, p. 170). Na segunda parte do volume, destaque-se o segundo capítulo dedicado a Martin Codax [p. 252-83], feito na perspectiva didáctica que um manual reclama, bem como a inclusão de dois estudos sobre variantística, os dois últimos, dedicados a Camilo Pessanha e a Ricardo Reis. A inclusão destes estudos documenta uma saudável visão ampla da crítica textual, que não está monopolizada por questões de fixação de texto, embora fosse útil haver ao menos um estudo especificamente sobre questões de edição em textos do século XIX ou XX. O volume é rematado por uma útil lista de termos técnicos, organizada alfabeticamente, com indicação das páginas onde são tratados.

Parece-me existir, no entanto, um problema de fundo nestes *Fundamentos da Crítica Textual* que tolda boa parte dos benefícios colhíveis do livro e que penso ser mais importante considerar nesta ocasião em vez de enveredar pela ponderação dos aspectos digamos substantivos mais satisfatórios e mais discutíveis. Diferentemente do que se diz na “Nota ao leitor” que referi atrás (e do que vem sugerido na contracapa, onde se afirma que o livro está escrito “[n]uma linguagem acessível aos iniciantes”), o discurso deste manual não se me afigura o mais adequado aos destinatários programados. De facto, os estudos da segunda parte do volume apresentam o estilo típico das comunicações orais ou dos artigos destinados a revistas da especialidade, o que talvez denuncie o estatuto inicial destes textos, e não se procura articular de modo suficiente esse conjunto de ilustrações com momentos da doutrina, alojada na primeira parte do livro. Aliás, mesmo no interior da primeira parte parece que faltam aqui e ali marcas de coesão. Veja-se, a título de ilustração, que na p. 20 a crítica textual é definida como a disciplina que tem por objectivo, através do exame de toda a tradição manuscrita, estabelecer o texto original perdido. A própria leitura do livro em apreço prova que uma tal definição é curta: porque privilegia a tradição manuscrita sobre a impressa; e porque se centra num campo de originais ausentes. Esta focalização torna-se ainda mais notória quando um dos aspectos louváveis do livro é não excluir a críti-

ca textual aplicada a textos modernos e contemporâneos, domínio em que frequentemente os originais não estão ausentes e a própria questão de original pede tratamento *sui generis*. A concisão em excesso daquela definição é compensada no parágrafo seguinte quanto ao primeiro aspecto – “No presente manual, tratar-se-á exclusivamente dos problemas da tradição escrita numa obra (quer manuscrita, quer impressa)” (assim também na p. 24) – mas não quanto ao segundo.

Os autores assumem, logo na primeira parte, um ponto de vista neo-lachmanniano, plenamente explicitado, fazendo assim uma declaração honesta e louvável na medida em que certas afirmações podem ser enquadradas de acordo com essa perspectiva. Sucede, porém, que, ao manifestarem oposição a outras correntes da crítica textual, várias vezes não são transmitidas explicações suficientemente circunstanciadas. Assim, o leitor que sabe do que Spaggiari e Perugi estão a tratar apercebe-se do argumentário implícito, mas o leitor universitário padrão, que está a ser iniciado em matéria nova, não só não tem conhecimento desse argumentário como encontrará, sem proveito nítido, algumas invocações de autoridade dadas como suficientes.

Isto verifica-se em declarações como a seguinte: “O nome de B. Cerquiglini está também na origem da chamada (nos Estados Unidos) *new philology*, tendência, mais uma vez, desprovida de qualquer valor científico, como demonstra Ménard 1997” [p. 20, nota 19]. Neste caso faz-se um juízo de valor sem que ele venha documentado e no limite estando ele ancorado em recurso a autoridade. Este recurso, na ausência de uma descrição bem intencionada do trabalho de Cerquiglini seguida da sua análise crítica, promove junto do leitor programado um comportamento indesejável: em termos lachmannianos, trata-se de constituir o texto sem explicitar quer a recensão quer a colação.

A par de afirmações deste tipo outras há algo nacionalistas, que, discutíveis ou indiscutíveis, não têm inteligibilidade junto do público-alvo. Por exemplo, na segunda parte, a propósito da crítica genética, quando se afirma que certas definições produzidas por Almuth Grésillon “não passam de ecos inscientes, e algo vagos ou indefinidos, das categorias elaboradas outrora na Alemanha e, sobretudo, na Itália” [p. 203]. Ou, logo depois, quando, abordando-se

a expressão “historisch-kritische Ausgabe” utilizada por Siegfried Scheibe em 1971, se afirma que os fundamentos teóricos respectivos foram elaborados por Gianfranco Contini [p. 204] uma vintena de anos antes de os críticos textuais alemães o fazerem. O tom prevalectante nestas e noutras afirmações evoca mais os acalorados debates entre certos renomados filólogos acerca da nacionalidade portuguesa ou castelhana do *Amadis de Gaula* do que a moderação prudente de Contini ao afirmar o carácter hipotético dos resultados obtidos pela crítica textual. Neste contexto, será que uma afirmação como “Em Raimbaut d’Aurenga” 21,19, o original trazia, sem dúvida nenhuma, *Jois me fo gitz* [p. 84] é um deslize redaccional ou é a formulação exacta de uma convicção excessiva? Num caso ou noutro transmite-se a impressão de que o crítico textual, em certas circunstâncias, tem conhecimento indubitável do que está escrito num testemunho inexistente. Mas nunca tem.

Um pouco no mesmo sentido aparece a referência vigorosamente assertiva ao estema, ao dizer-se que ele oferece uma “representação gráfica das relações existentes entre os vários testemunhos da tradição manuscrita” [p. 33] ou, em formulação sinonímica um tudo nada mais moderada, que constitui “uma representação gráfica do parentesco entre os códices” [p. 35]. Referências deste género repetem o que se costuma encontrar em manuais neolachmannianos e resultam, portanto, de uma escola de pensamento.⁹ Prefiro, no entanto, a noção de que o estema transmitirá uma representação gráfica dos resultados de um raciocínio hipotético sobre o parentesco entre os códices, entre a relativização radical da estemática segundo Bédier e a relativização moderada segundo Contini.¹⁰

Paralelamente, emergem usos discursivos causadores de confusão potencial junto de leitores. Um exemplo pode ser colhido

⁹ Cf. a definição, com alguma modalização na segunda parte, de RONCAGLIA, Aurelio. *Principi e applicazioni di critica testuale*. Roma: Bulzoni, 1975. p. 140: *la rappresentazione schematica dei rapporti di derivazione e di connessione che intercorrono tra le copie d'uno stesso testo: rapporti che possiamo, almeno in parte, riconoscere attraverso l'esame delle copie medesime e delle loro concordanze e discordanze*.

¹⁰ CONTINI, Gianfranco. *Breviario di Ecdotica*. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1986. p. 32: *La maggioranza, per così dire, 'qualificata' del Lachmann (...) ha (...) anche la proprietà (...) di una virtuale instabilità. Essa è infatti (...) alla mercé della scoperta d'un nuovo testimone, suscettibile di alterare le costellazioni e quindi, in casi privilegiati, anche il numero delle famiglie*.

da rubrica “A confutação de Bédier” [p. 46-51], na qual os autores se referem à primeira edição do *Lai de L’Ombre* preparada por Joseph Bédier e à recensão que lhe fez Gaston Paris num número da revista *Romania* em 1890. A este respeito escrevem Spaggiari e Perugi: “Das cinco passagens, que Bédier reconheceu como erros comuns da família z, nenhuma é aceita por Paris, que considera as lições não significativas aos fins estemáticos. Portanto, ficando não demonstrada a efetiva existência duma família z, o estema de Bédier resulta invalidado” [p. 46-47]. Qual é a opinião dos autores do manual? Não fica expressa, mas o leitor é levado a pensar que concordam com a crítica de Paris, cuja posição parece erigida em autoridade suficiente. Pouco depois, a propósito das conclusões de Bédier na reavaliação do método de Lachmann, os autores afirmam: “A ‘constitutio textus’ de tipo lachmanniano conduz, pelo contrário, à edição dum texto compósito (ou misturado) que, na realidade, nunca existiu” [p. 49]. Esta afirmação, contudo, é mais imputável a Bédier e menos, muito menos, a Spaggiari e Perugi, que aqui, como provavelmente no exemplo citado antes e noutros trechos do livro (uns mais fáceis de discernir, outros mais difíceis), ao descreverem posições de terceiros parecem estar em consonância com elas. Por outras palavras, os sujeitos que descrevem não se distanciam sistematicamente das posições descritas e estas, como se sucedem em jeito de argumento e contra-argumento, levam a que a imagem de Spaggiari e Perugi seja por vezes moldada ao sabor de marcos da história da crítica textual. O frequentador do campo calcula que no primeiro destes dois casos os autores talvez se sintonizem com a posição de Paris e que no segundo não se revejam na de Bédier. O estudante que se inicia na matéria não faz um tal cálculo e, consequentemente, não percebe.

Mas mesmo o conhecedor da disciplina enfrenta dificuldades em alguns momentos do livro. É o que sucede quando se lê: “Celso Cunha, que nos últimos anos da sua vida esteve a trabalhar num dicionário de crítica textual, conseguiu publicar, como amos- tra, o verbete sobre a tipologia de erros e variantes (Cunha 1985^a), interessante como de costume, apesar dalguns exemplos pouco acertados” [p. 69]. Típico de como os autores escrevem de facto para um público de conhecedores é a expressão “como de costume” (e

outras de género afim não são raras no volume), mas mesmo para estes seria importante tomar conhecimento dos “exemplos” alegadamente “pouco acertados”, que não são especificados. A formulação de juízos sem ilustração reaparece noutras ocasiões. Na rubrica dedicada à “Necessidade do texto compósito” declara-se que “Mesmo no domínio dos trovadores d’oc, onde a escolha do manuscrito de base tradicionalmente dificultara, de forma mais ou menos consciente, os procedimentos editoriais, nas últimas décadas saíram a lume edições verdadeiramente críticas, algumas das quais modelares” [p. 65]. Seria de esperar que, após uma tal afirmação, se indicassem as edições modelares, afinal aquelas que qualquer aprendiz de crítica textual gostaria de ter perto de si no momento de fazer as suas primeiras experiências de consumidor e de elaborador de uma edição crítica. Mas nenhuma ilustração aparece. Em sentido diferente, no capítulo da literatura moderna, proclamam-se modelares “no âmbito das obras em prosa, *Ulysses* de Joyce e *Un coeur simple* de Flaubert; no âmbito da poesia, a obra poética de Montale organizada por Contini” [p. 205]. Não só as duas primeiras edições eleitas não são indicadas precisamente, omitindo-se os nomes dos seus responsáveis, como sobretudo não são apresentadas as características que fazem delas trabalhos modelares. Poderá afirmar-se que qualquer conhecedor do campo da crítica textual moderna sabe que as edições referidas são, respectivamente, as dirigidas por Hans Walter Gabler e Giovanni Bonaccorso, mas dizer isto equivale a tomar consciência de que o público pretendido por este livro é apenas parcialmente atingido.

Este conjunto de observações dá a entender que os *Fundamentos da Crítica Textual* são mais um livro do professor do que um livro do estudante, para o qual o volume de Spaggiari e Perugini nunca é auto-suficiente. Dir-se-á que nenhum manual é auto-suficiente e que cabe ao professor modalizar, ilustrar e completar os princípios enunciados de modo geral. Creio, contudo, que neste caso boa parte da aula seria ocupada com explicações necessárias sobre o sentido de várias afirmações contidas no livro, que assim ganharia, por certo contra a vontade dos autores, uma dimensão excessivamente autotélica.

O último manual de que tratarei, por estar centrado em textos portugueses e brasileiros (diferentemente do livro de West) e por estar não só concebido, mas também executado tendo em vista um público de estudantes universitários, é o livro que justifica consideração mais desenvolvida. Trata-se da *Introdução à crítica textual* escrita por César Nardelli Cambraia.¹¹

O livro é constituído por oito capítulos: o primeiro de natureza introdutória [p. 1-35]; o segundo, uma história concisa da crítica textual [p. 37-62]; o terceiro, sobre a transmissão de textos [p. 63-85]; o quarto, acerca dos tipos de edição [p. 87-107]; o quinto versa sobre as normas de edição [p.109-132]; o sexto centra-se na edição crítica [p. 133-174]; no final, dois breves capítulos acerca da relação entre crítica textual e informática [p. 175-189] e crítica textual e o ensino [p. 191-98].

Entre as várias qualidades patenteadas pelo livro de Cambraia, saliente-se a sua legibilidade, a concisão, o cuidado de avisar o leitor acerca de termos que serão explicados mais tarde¹², a presença de ilustrações pertinentes (designadamente, as figuras 9 a 13, a exemplificar os tipos de edição considerados), a componente ocasional de guia bibliográfico [cf. p. 24-5]. Estas e outras características tornam-no um instrumento útil na iniciação de muitos estudantes na crítica textual. As observações seguintes são guiadas sobretudo pelo objectivo de destacar alguns pontos no trabalho de César Cambraia que podem suscitar algumas divergências. Ao apresentá-las, não pretendo diminuir esta *Introdução*, que aprecio francamente, mas tocar nalguns aspectos que mostram como a crítica textual não é disciplina de pensamento único.

Esta *Introdução à crítica textual* foca sobretudo a edição de textos antigos, em particular dos textos medievais [cf. p. 128], e importa ter presente este dado para enquadrarmos uma das declarações de abertura: “seu objetivo primordial [da crítica textual] é a *restituição da forma genuína dos textos*” [p. 1], definição próxima da pro-

¹¹ São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹² Assim a nota 7 da p. 27, a propósito de categorias de descrição codicológica, remete para explicação na p. 72; a p. 44, a propósito de *eliminatio codicum descriptorum*, tem chamada para explicação deste conceito na p. 146; o mesmo sucede na p. 49, com referência à *lectio difficilior*, que direcciona o leitor para definição na p. 154.

posta por Spaggiari e Perugi. No caso de Cambraia, porém, a definição é bastante consistente com a orientação seguida no seu manual, o que levanta a seguinte questão. No caso dos textos modernos, que chegaram até nós através de uma massa testemunhal relativamente vasta, a forma genuína está à disposição do editor, que não precisa portanto de restituir o que se lhe apresenta imediatamente disponível. Uma questão que se lhe depara passa a ser: perante mais do que uma forma genuína, “como escolher?”, sendo que a escolha pode incidir sobre não eleger uma forma em detrimento de outra. Outra questão é: “em que circunstâncias é possível fazer convergir no mesmo texto crítico lições provenientes de testemunhos autógrafos diferentes”. Uma e outra pergunta são típicas de um campo de reflexão que podia ter sido mais explorado.

No âmbito da valorização conferida à genuinidade, Cambraia parece adoptar o mote *antiquiores meliores* quando afirma, a propósito dos pergaminhos Sharrer e Vindel, por confronto com *B e V*: “porque são os registros mais antigos, têm mais valor no processo de reconstituição da forma genuína dos textos do que os dois cancioneiros citados, que parecem datar do séc. XVI” [p. 59]. Esta fórmula assertiva ganha em ser modalizada pela lição de Pasquali, invocada por Cambraia na p. 152: “uma cópia direta do séc. XVIII pode conservar melhor a lição genuína do que um[a] do séc. XIII ou XIV”. Portanto, não será a antiguidade em si que garante a maior fiabilidade dos pergaminhos Vindel e Sharrer relativamente aos autógrafos italianos.

Dentro das preocupações do autor com a genuinidade, surge na p. 19 o início de um raciocínio analógico conhecido: “Com certeza a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a *recuperação do património cultural escrito* de uma dada cultura”. De seguida, a analogia desenvolve-se a partir de paralelismos com a recuperação de pinturas, esculturas, igrejas e, nos seus exactos termos, não colhe inteiramente. Enquanto de pinturas, esculturas e igrejas não pode haver restauros diferenciados e contemporâneos, pois objecto e objecto restaurado coincidem, de um texto podem existir restauros diferenciados e contemporâneos na medida em que qualquer restituição é autónoma do suporte material e da sua inscrição. Por isso a recuperação de pinturas, esculturas ou igrejas susci-

tará sempre mais reacções do que a edição crítica de uma obra de valor equivalente. Naquele caso terá de se esperar anos, décadas até ser realizado novo restauro, neste caso uma edição crítica alternativa pode vir a lume no dia seguinte.

A ideia de que o erro é uma modificação não-autoral do texto [p. 78] também concorda com o princípio da genuinidade e, por um momento, parece alhear-se de que o autor também comete erros ou modificações que não correspondem à sua intenção. Mas este aspecto vem a ser abordado nas p. 84-85 e, consistentemente, Cambraia, na esteira de Celso Cunha, defende quase sempre o estabelecimento da lição genuína contra a lição correcta. Mas podemos lidar com situações em que a lição correcta deve preponderar sobre a lição genuína: os erros mecânicos num dactiloscrito de Pessoa não devem ser acolhidos no texto crítico e têm estatuto semelhante ao de uma corruptela introduzida na impressão. Aliás, a citação conclusiva, retirada de Celso Cunha, do capítulo em que esta matéria é abordada mostra em que circunstâncias isso deve suceder: “O editor (...) pode e deve corrigir os descuidos da pena do autor” [p. 85]. O problema está, pois, em determinar o que são erros de pena ou mecânicos e como reconhecê-los, o que talvez também pudesse ter sido abordado e exemplificado.¹³

Quanto ao mapa das disciplinas onde se situa a crítica textual, o tipo de relação estabelecido por Cambraia entre ela e a crítica literária é, digamos, corrente e civilizado: “a contribuição da crítica textual está em assegurar que o crítico literário possa exercer sua função com base em um testemunho que efetivamente reproduz a forma do texto que o autor lhe deu, ou seja, sua forma genuína” [p. 21]. Compreendo que para estudantes que se iniciam na disciplina este relato possa ser mobilizador, mas creio que pode ser útil estimular a consciência de que qualquer restauro consiste numa operação interpretativa e de que as relações entre crítica literária e crítica textual cabem numa espécie de círculo hermenêutico, necessariamente interminável: o crítico literário não deve dispensar o contributo do crítico textual que não deve dispensar o contributo do crítico literário que... . Neste sentido, a ideia “fraca” de trabalho hipotético, de-

¹³ Cf. RONCAGLIA, A. *Principi e applicazioni di critica testuale*. Roma: Bulzoni, 1975. p. 38-40.

fendida por Gianfranco Contini, afigura-se-me mais necessária do que a crença na segurança denunciada por fórmulas como “testemunho que efetivamente reproduz a forma do texto que o autor lhe deu”. Mesmo os adeptos da crítica neo-lachmanniana reconhecem através dos *stemma codicum* que o máximo a que podem aspirar é ao texto de um testemunho que efetivamente reproduzirá a forma do texto segundo o arquétipo. Por outro lado, o que Cambraia assinala sobre a fronteira entre os praticantes da crítica textual e da crítica literária deve ser vista à luz da “relação mais óbvia e essencial [da linguística, e sobretudo da linguística histórica] com a crítica textual, pois os textos têm como pilar a língua” [p. 31; cf. p. 33]. Esta mostra-se uma perspectiva típica da linguística românica, não necessariamente partilhada por outras tradições, como demonstram certas correntes anglo-americanas e alemãs dos estudos textuais.¹⁴

Embora interessante, tenho dúvidas de que uma história da crítica textual (como a traçada no capítulo 2 e como as existentes noutros manuais) seja uma secção necessária num manual introdutório. Por duas razões:

1. para os estudantes que se iniciam na crítica textual é sempre mais útil e iluminador passar pela experiência de perceber como funciona uma edição já feita ou de participar no projecto de elaborar uma edição por fazer.
2. porque o relato histórico no manual de Cambraia e abordagens congéneres são centrados na disciplina à escala europeia (e portanto muito dependente do relato de terceiros), quando o interessante seria mostrar o modo como a disciplina num país se apro-

¹⁴ Em 1969 o volume colectivo *Bibliography and textual criticism. English and American Literature 1700 to the present*, coordenado por O. M. Brack Jr. e Warner Barnes (Chicago: Chigago University Press), constitui o n.º 8 da colecção “Patterns of Literary Criticism”, coordenada, entre outros, por Marshall McLuhan. Mais recentemente, a colecção “Editorial theory and literary criticism”, publicada por The University of Michigan Press, inclui livros tão diferentes como um estudo genético comparatista sobre Joyce, Proust e Mann (HULLE, Dirk Van. *Textual awareness*, 2004) ou uma antologia de ensaios teóricos sobre a edição de textos na Alemanha (*Contemporary Editorial Theory*, organizado por H. W. Gabler, G. Bornstein e G. Borland Pierce, 1995). Em âmbito alemão, assinala-se a ligação privilegiada, defendida por Bodo Plachta, entre a crítica textual e os Estudos Culturais (Change of generation – change of frame of reference: which direction will scholarly editing take in Germany?. *Variants. The Journal of the European Society for Textual Scholarship*, n.1, p. 143-57, 2002.).

xima ou distancia de correntes dessa história geograficamente mais ampla. Isto permitiria ao estudante ter consciência da tradição no seu país das operações que é convidado a efectuar, mas nem no Brasil nem em Portugal há esforços consistentes realizados com esse fito. Neste caso específico, o apartado sobre crítica textual no Brasil e em Portugal disponível no livro de Cambraia [p. 54-62] sofre do desconhecimento que todos, sublinho todos, temos acerca de gestos de crítica textual antes de este campo do saber se afirmar como disciplina relativamente autónoma no final do séc. XIX.¹⁵ Note-se, contudo, que Cambraia fornece alguns apontamentos úteis nesta direcção, como os relativos à consciência crítica já patente em textos cuja cópia terá sido feita por confronto entre o antígrafo de uma tradução e algum exemplar do texto latino correspondente: bom exemplo o da *Vida de Santa Maria Egipciaca*, estudado por Cristina Sobral [p. 54]. Mas, ainda que existisse um livro ou artigo de fundo bem feito que oferecesse em narrativa histórica o modo como estas operações surgiram e se combinaram umas com as outras, os frutos que dele se colhessem seriam sempre menos vantajosos do que o enunciado no item anterior.

Seja como for, este capítulo apresenta uma sugestiva listagem do tipo “guia bibliográfico”, cuja extensão é condicionada pela conformação ao estilo conciso do manual. Por isso deve ser complementada no que diz respeito ao passado recente da disciplina no Brasil com o recurso, por exemplo, ao trabalho do mesmo César Cambraia em parceria com Heitor Megale citado no fim do capítulo.¹⁶

Relativamente à tipologia das edições, Cambraia resiste a que a edição interpretativa possa ser chamada “crítica” [p. 97]. Assiste-lhe com certeza razão na medida em que na edição interpreta-

¹⁵ Neste âmbito recorde-se o artigo de Maria Morrás sobre a consciência medieval de gestos da crítica textual: *Conciencia textual que apunta, aunque sea de forma torpe y vacilante, hacia el establecimiento de lo que podría calificarse de actitud filológica ante las obras clásicas*. [p. 531]. Traducción de los clásicos y tradición textual. In: MAESTRE, José María Maestre; BAREA, Joaquín Pascual; BREA, Luis Charlo. (Ed.). *Humanismo y Pervivencia del Mundo Clásico*. Homenaje al Profesor Luis Gil. Cádiz: s.ed., 1996. p. 531-38.

¹⁶ Filologia portuguesa no Brasil. *Delta*, S. Paulo, v. 15, número especial, p. 1-22, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4009.pdf>.

tiva o editor lida com um único testemunho subsistente conhecido do texto, ao passo que na edição crítica tem de entrar em consideração com um texto testemunhado por mais de uma cópia. Mas tanto num caso, como no outro, espera-se que o editor forneça um texto, enquanto nos outros tipos de edição tomados em conta (fac-similar, diplomática, paleográfica, segundo a divisão de Cambraia) o programa aproximadamente comum é o da representação documental.¹⁷ Por isso há uma componente de crítica na edição interpretativa, que pode mesmo passar pelo confronto entre o texto do testemunho único e os passos correspondentes de fontes do texto. Assim, por exemplo, se as fontes prestam serviço significativo para a fixação de um texto transmitido por número copioso de testemunhos, como a *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes,¹⁸ pode ser inestimável o seu contributo em edição interpretativa.¹⁹ Talvez se justificasse neste contexto encontrar explicação mais desenvolvida acerca da superioridade atribuída por Cambraia à edição crítica em relação à interpretativa. Teria sido oportuno esclarecer que a superioridade diz genericamente respeito às condições que rodeiam o trabalho do editor e que estas nada dizem sobre os resultados do trabalho editorial, pelo que uma edição interpretativa do texto A pode ser de qualidade superior à edição crítica do texto B. Não chega, portanto, adoptar uma explicação nestes termos: “nesta [na edição interpretativa] só se pode recorrer à conjectura (suposição baseada no juízo do crítico textual) como instrumento de restituição da forma genuína do texto, ou seja, toda intervenção fundamenta-se apenas em uma decisão subjetiva do crítico” [p. 104]. Uma declaração deste tipo passa por cima do papel que precisamente as fontes podem ter na edição interpretativa – e de modo geral da tradição indirecta só considerada por Cambraia a propósito da edição crítica

¹⁷ É esta razão que leva Aurelio Roncaglia a tratar conjuntamente a edição interpretativa e a edição crítica, *Principi e applicazioni di critica testuale*. Roma: Bulzoni, 1975. p. 81 e seguintes.

¹⁸ MACCHI, Giuliano. Introdução. In: LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. 2. ed. revista. Edição crítica, introdução e índices de G. Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d. p. 50-3.

¹⁹ CASTRO, Ivo. Sobre a edição do *Livro de José de Arimateia, matéria da Bretanha em Portugal*. NEVES, Leonor Curado; MADUREIRA, Margarida; AMADO, Teresa Lisboa. (Coord.). *Actas do colóquio realizado em Lisboa nos dias 8 e 9 de Novembro de 2001*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 59-69. Neste estudo ilustra-se o método de edição que “recorre aos testemunhos geneticamente mais ligados ao ms. da Torre do Tombo (castelhanos e franceses) para identificar lugares que tenham sofrido corrupção durante a transmissão depois da tradução original, corrigindo-os ou assinalando a sua posição, conforme os casos” (p. 65).

[p. 134] – e também do papel do juízo do crítico textual no escrutínio consciencioso de qualquer tradição, singular ou plural.

Também a respeito de terminologia, César Cambraia, apoiado em tradição forte expandida por diferentes quadrantes da reflexão sobre a crítica textual,²⁰ faz equivalentes os termos “fonte” e “testemunho” [p. 133, 134, 135, *passim*]. Julgo, em contrapartida, que seria vantajoso distingui-los, mais ainda se se tiver em conta o público a que se destina o manual. Com efeito, acho defensável “testemunho” continuar a ser palavra relativa ao trabalho do editor, remetendo “fonte” para o trabalho do autor. Por isso, a não ser em casos como os antes indicados a propósito da edição interpretativa ou por razões alheias ao trabalho do crítico textual, o aparato de fontes não se funde no aparato crítico.²¹

Ainda sobre terminologia, as normas de edição consideradas por César Cambraia parecem aproximar-se bem mais de normas de transcrição, de resto abordadas num dos capítulos mais básicos e esclarecedores do manual. Neste capítulo, contudo, quando o autor faz opor *conservação* a *uniformização*, prefiro o binómio usado por Ivo Castro e Maria Ana Ramos *conservação/modernização* (de que Cambraia se afasta conscientemente, como explica em nota, p. 111, nota 2).²² Com efeito, na medida em que podemos optar por normas conservadoras e ao mesmo tempo uniformizadoras (adoptando, por exemplo, a grafia dominante num determinado testemunho), aqueles dois substantivos não parecem susceptíveis de se relacionar em oposição nítida.

Uma última questão acerca de terminologia diz respeito à reconstituição por conjectura [p. 160-61]. O exemplo dado incide sobre a transcrição dos refrões da poesia trovadoresca galego-

²⁰ Cf., por exemplo, West, op. cit. (trad. port.), p. 10 e *passim*; RICO, Francisco. Historia del texto, sección De vuelta a las fuentes: 1738-1833, p. 241 e *passim* (CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de La Mancha*. Edición del Instituto Cervantes 1605-2005, dirigida por F. Rico, Barcelona: Galaxia Gutenberg, Círculo de Lectores, Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2004, p. 221-76.

²¹ Bom exemplo na edição de textos em língua vulgar destas duas faixas de aparato: PÉREZ, Martín. *Libro de las Confesiones*. Edición crítica, introducción y notas por António García y García, Bernardo Alonso Rodríguez, Francisco Cantelar Rodríguez. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002.

²² Estratégia e tática da transcrição. *Critique Textuelle Portugaise*. Paris, 20-24 octobre 1981. *Actes du colloque*. Paris: Centre Culturel Portugais, 1986. p. 99-122.

portuguesa: em regra, nos testemunhos conhecidos a primeira ocorrência do refrão é plena, aparecendo depois em forma incompleta. Cambraia toma esta incompletude como uma lacuna, mas seria talvez preferível que este termo não cobrisse omissões voluntárias guiadas por procedimentos de economia na transcrição. Assim, de acordo com Ângela Correia, julgo que a maior parte dos casos deste género está mais próxima do desenvolvimento de abreviaturas do que propriamente da reconstituição por conjectura, que associaria sobretudo a segmentos textuais não iterados.²³ Por outras palavras, há por certo uma dose de conjectura na reposição plena das ocorrências de um refrão, mas em geral trata-se de uma dose tão modesta que não sei se mesmo para estudantes que se iniciam na crítica textual este será o melhor caso para os familiarizar com o conceito. Uma lacuna material em zona do texto que não apresente iteração ou o carácter insatisfatório de todas as lições-variante, na medida em que convidam a uma dose superior de conjectura, podem desempenhar esse papel de maneira mais eficiente.

A propósito da estemática, verifica-se em termos práticos que a categorização à partida de lições-variantes como X (forma não-genuína) e Y (forma genuína) não se revela muito funcional. De facto, quando se procede ao confronto entre lições-variante, nada nos diz que uma lição é um erro ou não, como assinala Alberto Blecuá no início do capítulo III do seu manual: *Trás la collatio codicum el editor se encuentra con un repertorio de variantes de calidad desconocida. (...) en un determinado locus criticus los testimonios presentan lecciones distintas (...), pero no sabemos quiénes traen la lección original, si es que alguno de ellos la ha transmitido.*²⁴ Dito de outro modo, se o *stemma* é um auxiliar na constituição do texto, mas, por outro lado, antes da apresentação das relações de genealogia, já sabemos quais são as formas genuínas, o *stemma* deixa assim de prestar auxílio para aquele fim específico. Portanto, importaria em primeiro lugar ajudar o leitor a reconhecer um erro, o que Cambraia faz através de remissão para observações rapsódicas de Prieto [p. 136-7]

²³ Cf. CORREIA, Ângela. Refram. In: TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia. (Org. e Coord.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993; *id.*, *O refran nos cancioneiros galego-portugueses (escrita e tipologia)*, Lisboa, v. 1, 1992 (dissertação de Mestrado), p. 45-6.

²⁴ BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983. p. 47.

que não se me mostram bem suficientes. Só a partir da p. 149 se identificam e explicam as técnicas que fundamentam a escolha da variante genuína da tradição: lição abonada pela maioria dos testemunhos; lição mais antiga; lição do melhor testemunho (do ponto de vista material e de execução); lição mais difícil; lição mais breve; lição que explica a origem de outra; métrica; estilo; contexto. Como conscienciosamente aponta Cambraia [p. 158], estes critérios não apontam muitas vezes na mesma direcção, podendo fundamentar decisões diferentes. A listagem explicativa, clara uma vez mais, pediria exemplos que ilustrassem a acção conjugada destas técnicas, mas também a preponderância de uma(s) sobre as outras de acordo com os casos em análise.

De resto, continuando na estemática, os quadros das p. 137 a 143 são muito funcionais e suportam exercícios lógicos simples e bons (podendo ainda ser eventualmente melhores através de lições reais). Neste sentido, terminar a secção com um *stemma* da lírica galego-portuguesa é útil precisamente porque se passa do raciocínio lógico para uma situação real. Entrevejo, apesar de tudo, um inconveniente: o raciocínio estemático baseia-se aqui na ausência e na presença de certas composições, situação que, podendo aplicar-se a antologias e compilações, não se transporta facilmente para a maior parte das tradições de outros textos. Teria sido útil por isso exemplificar através de lições propriamente textuais. Por fim, as três situações que segundo Reynolds e Wilson não são tratáveis por este método – contaminação, dois ramos independentes, diferentes versões genuínas – mereceriam explicação e ilustração.²⁵

A seguir, as observações que justificam o fornecimento do aparato crítico são boas, mas talvez possam ser ampliadas. Além de o aparato ser elaborado para mostrar as variantes que circularam entre o público-leitor [p. 148], o que por si tem um valor inquestionável e frequentemente esquecido, ele ajuda o leitor a conhecer o processo de decisão do editor e eventualmente fornece matéria para questionar este último. Nesta exacta medida, a pergunta não é tanto: “por que se registrarem variantes que sabidamente não podem ser

²⁵ A contaminação é tratada no manual de WEST (p. 45-57) e no de SPAGGIARI e PERUGI (p. 22, 41-2, 148-50, 158).

genuínas?” [p. 147-8], mas sim “por que se registarem variantes que ao editor parecem não ser genuínas?”.

Em relação aos dois últimos breves capítulos, vale a pena começar por sublinhar a consciência que César Cambraia tem de que quaisquer observações sobre informática e crítica textual, como as presentes no seu livro, perdem validade rapidamente [p. 175]. Nem por isso é desinteressante ou inútil este apartado. Julgo muito certa e actual a chamada de atenção para a ausência na área lusófona de experiências editoriais apoiadas por colação automática de testemunhos [p. 184]. Em contrapartida, receio não perfilhar todas as limitações assinaladas ao formato digital [p. 186]: a primeira é justa (a dependência de equipamento electrónico e de programas); a segunda afigura-se-me equívoca, pois o monitor não é feito sobretudo para a leitura, mas sim para a consulta e pesquisa; em relação à terceira, a modificabilidade do formato digital, assim apoucado face à perenidade do papel, também pode ser vista como a flexibilidade do formato digital às mudanças de posicionamento teórico e correcção de erros por parte do editor; a quarta limitação, sobre a sensibilidade dos suportes digitais, é razoável; a última, sobre a possibilidade de um trabalho ser apropriado facilmente por alguém que o reproduza electronicamente com prejuízo financeiro para o seu autor, não significa que não se possa exercer represálias legais sobre quem assim actuou [p. 187]. A questão é complexa e tem implicações no direito de propriedade intelectual,²⁶ mas os próprios novos meios de comunicação electrónica não foram criados para se adaptar à moldura legal em vigor antes de eles aparecerem. Em certa medida, é a sua existência a estimular que a moldura legal, atenta a uma realidade em mudança, se lhes adapte. Por outro lado, mostra-se certíssima a verificação por Cambraia de que a maior parte dos arquivos electrónicos que disponibilizam textos na internet não é fiável. Já o justificado lamento sobre a ausência de informação acerca da responsabilidade da fixação dos textos disponíveis na Internet só é ultrapassável, creio, por dois tipos de solução: a) a acção legal contra todos os arquivos e páginas que não disponibilizam esta informação

²⁶ Cf. PEREIRA, Alexandre Dias. Informática, direito de autor e propriedade tecnodigital. *Studia Juridica* - Boletim da Faculdade de Direito. Coimbra, n. 55, 2001. ; AKESTER, Patrícia. *O direito de autor e os desafios da tecnologia digital*. Cascais: Principia, 2004.

(é a solução negativa); b) a defesa e promoção de todos os que a disponibilizam (é a solução positiva). Este segundo tipo de procedimento parece-me o mais aconselhável, acompanhado por acção por parte dos responsáveis pelo estabelecimento de texto cujo trabalho seja utilizado sem autorização.

Enfim, no último capítulo, apoio vigorosamente o apelo para que se aumente o número de recensões e para que estas sejam canalizadas para periódicos que consensualmente concitem a atenção de editores e leitores de edições [p. 194]. Por outro lado, a proposta de um observatório permanente da produção editorial em língua portuguesa é uma boa ideia, embora talvez dê a entender que as práticas são consensuais no domínio da crítica textual [p. 196], quando um tal consenso não se verifica. Na conclusão, são pertinentes algumas sugestões práticas para o professor inculcar nos seus alunos a consciência fenomenológica das divergências no texto fornecido por diferentes edições [p. 197].

Em tudo o que disse até aqui, há um pensamento latente que convém tornar explícito ao menos na conclusão. É que todos os três livros aqui apreciados em perspectivas assaz diferentes contribuem para fazer vingar a tese segundo a qual *criticus fit* e assim para debilitar a opinião sobranceira de Housman a que aludi no início. É a tese que importa defender: para formar editores e sobretudo leitores esclarecidos; para combater a indolência do recurso à edição que estiver à mão; mas também para acabar com a ideia de que a crítica textual se reduz a uma técnica.

